



SAÚDE DO TRABALHADOR EM FOCO: A REALIDADE DOS ACIDENTES DE TRABALHO E DAS DOENÇAS OCUPACIONAIS NO AGRONEGÓCIO E CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA

MURILO CENTURELI PITONDO; CARLOS EDUARDO PELEGRINI

RESUMO

A Revolução Industrial trouxe mudanças tecnológicas e aumentou os riscos ocupacionais, resultando na necessidade de regulamentações de saúde e segurança do trabalho, e na criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919. Este estudo investiga os afastamentos por doenças ocupacionais nos setores da construção civil e do agronegócio no Brasil, focando nos distúrbios musculoesqueléticos entre 2020 e 2022. Utilizando uma abordagem quantitativa e descritiva, foram analisados dados secundários do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho e dos Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho (AEAT). Os resultados mostram um total de 374.475 concessões de auxílio-doença por acidente de trabalho (B91) durante o período estudado, destacando a gravidade e a frequência dos eventos. A taxa de concessões de B91 no agronegócio foi de 42 por 10 mil trabalhadores formais em 2021, enquanto a construção civil apresentou um alto número de acidentes, refletindo a magnitude do setor e desafios adicionais como a subnotificação e informalidade. O aumento das aposentadorias por invalidez relacionadas a doenças osteomusculares, totalizando 104 casos e um custo de 117 milhões de reais, além dos 3.071 auxílios-doença concedidos, que geraram um gasto de 3.486 milhões de reais, indica a necessidade urgente de intervenções ergonômicas. O estudo conclui que para reduzir os impactos dos acidentes de trabalho é fundamental um esforço integrado entre governo, empresas e trabalhadores. Investimentos em tecnologia, treinamento e a aplicação rigorosa de normas de segurança e ergonomia são essenciais para melhorar as condições de trabalho, reduzir os custos previdenciários e promover um ambiente laboral mais seguro e sustentável.

Palavras-chave: acidentes de trabalho; doenças ocupacionais; ergonomia; construção civil; agronegócio.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, que teve início no século XVIII, trouxe transformações significativas nos sistemas produtivos, impulsionando a adoção de novas tecnologias e ampliando os riscos associados ao trabalho. Esse cenário desencadeou a necessidade de regulamentações sobre saúde e segurança no ambiente laboral, resultando na criação das primeiras leis de proteção aos trabalhadores (Coelho, 2016). Em uma escala global, essa preocupação evoluiu para a fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, que desempenha um papel crucial na formulação de normas internacionais de trabalho e na divulgação de dados sobre acidentes laborais (ILO, 2020). A partir desse marco, a prevenção de acidentes de trabalho tornou-se um desafio constante, especialmente em setores conhecidos por suas altas taxas de acidentes graves e fatais, como a construção civil (Kines et al., 2010; Gao, Gonzalez, Yiu, 2020; Lee et al., 2020).

No Brasil, os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) destacam índices elevados de afastamentos e acidentes de trabalho, resultando em despesas significativas para o sistema previdenciário (Smartlab, 2020). Setores como a construção civil e o agronegócio, fundamentais para a economia nacional, são especialmente afetados, refletindo a necessidade de intervenções preventivas mais eficazes para mitigar os riscos ocupacionais.

A integridade laboral, que engloba a segurança e a saúde dos trabalhadores, é crucial para garantir um ambiente de trabalho digno e seguro. No setor da construção civil, a elevada taxa de letalidade e a frequência de acidentes graves sublinham a necessidade de estudos aprofundados sobre o histórico e as tendências desses eventos. Da mesma forma, o agronegócio, um pilar da economia brasileira, enfrenta desafios significativos relacionados à segurança no trabalho, especialmente no que tange aos distúrbios musculoesqueléticos, que são uma das principais causas de afastamento.

Este estudo visa analisar, de forma abrangente, os afastamentos por doenças ocupacionais nos setores da construção civil e do agronegócio no Brasil entre 2020 e 2022, com ênfase nos distúrbios musculoesqueléticos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de analisar a prevalência de afastamentos laborais relacionados a doenças ocupacionais nos setores do agronegócio e da construção civil no Brasil. A pesquisa baseou-se na análise de dados secundários coletados de fontes oficiais, abrangendo um período dos últimos 3 anos. Para o agronegócio, foram utilizados dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, enquanto para a construção civil, foram analisados os Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho (AEAT) disponibilizados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT). Foram aplicadas técnicas de análise descritiva para sumarizar os dados e facilitar a interpretação dos resultados. As informações foram então comparadas com a literatura existente, destacando as principais descobertas e as lacunas de conhecimento que ainda precisam ser preenchidas. As conclusões obtidas fornecerão uma base para recomendações específicas sobre como melhorar as práticas de saúde e segurança nesses setores críticos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam que tanto o agronegócio quanto a construção civil enfrentam desafios críticos relacionados à saúde e segurança no trabalho. Entre 2000 e 2022, foram concedidos aproximadamente 5 milhões de benefícios previdenciários acidentários, com 148,8 mil sendo auxílio-doença por acidente de trabalho (B91). No período de 2020 a 2022, o número acumulado de concessões de B91 foi de 374.475, evidenciando a seriedade e a frequência desses acidentes (Smartlab, 2020).

O agronegócio e a construção civil, setores vitais para a economia brasileira, representam quase 50% do PIB, mas também apresentam altas taxas de afastamentos laborais. Em 2021, a taxa de concessões de B91 foi de 42 por 10 mil trabalhadores formais no agronegócio, um setor que emprega milhões e contribui significativamente para o PIB do país. Com 28,34 milhões de pessoas empregadas no agronegócio em 2023, representando 27% das ocupações no Brasil (Cepea, 2023), é evidente a necessidade urgente de medidas preventivas para proteger a saúde dos trabalhadores e reduzir os custos associados a afastamentos por doenças ocupacionais.

Na construção civil, o número de acidentes de trabalho está fortemente correlacionado com o volume de trabalhadores e o estado da economia. Apesar de melhorias nas práticas de prevenção, o volume de acidentes ainda reflete a magnitude do setor, ressaltando a necessidade de uma gestão contínua e aprimorada dos riscos. A informalidade e a subnotificação no setor agravam a situação, dificultando a implementação eficaz de medidas de prevenção e controle.

O aumento das aposentadorias por invalidez relacionadas a doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo entre 2020 e 2022, totalizando 104 casos e gerando um gasto de 117 milhões de reais, reflete as condições de trabalho com desajustes ergonômicos. Esse crescimento se correlaciona diretamente com os benefícios de auxílio-doença relacionados ao trabalho, que somaram 3.071 concessões no mesmo período, resultando em um custo aproximado de 3.486 milhões de reais. Esses dados sublinham a necessidade urgente de investimentos em práticas ergonômicas para reduzir o impacto financeiro e social das doenças osteomusculares, promovendo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e diminuindo os custos associados a aposentadorias e auxílios-doença.

O resumo do número de acidentes relacionados a doença do trabalho (b-91) com a emissão da CAT (comunicação de acidente do trabalho) está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1– Registros dos acidentes de trabalho referentes ao triênio 2020-2022

Ano	Doença do Trabalho com CAT
2020	33.575
2021	21.200
2022	27.659

Fonte: BRASIL, Ministério da previdência social 2020-2022 (Adaptado).

Na construção civil, o número de acidentes está fortemente correlacionado com o volume de trabalhadores e o estado da economia. Apesar de melhorias nas práticas de prevenção, o volume de acidentes ainda reflete a magnitude do setor, ressaltando a necessidade de uma gestão contínua e aprimorada dos riscos. A subnotificação de acidentes e a informalidade no setor são desafios adicionais que agravam a situação, dificultando a implementação de medidas eficazes de prevenção e controle.

O aumento das aposentadorias por invalidez relacionadas a doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo entre 2020 e 2022, totalizando 104 casos e gerando um gasto de 117 milhões de reais, pode ser atribuído a condições de trabalho com desajustes ergonômicos. Esse crescimento correlaciona-se diretamente com os benefícios de auxílio-doença relacionados ao trabalho, que totalizaram 3.071 concessões no mesmo período, resultando em um custo aproximado de 3.486 milhões de reais. Esses dados sublinham a necessidade urgente de investir em melhores práticas ergonômicas para reduzir o impacto financeiro e social das doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo, promovendo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e diminuindo os custos relacionados a aposentadorias e auxílios-doença.

4 CONCLUSÃO

A análise dos acidentes de trabalho nos setores do agronegócio e da construção civil destaca o impacto significativo desses eventos, tanto em termos econômicos quanto sociais. Entre 2012 e 2022, as doenças ocupacionais, particularmente as musculoesqueléticas, foram responsáveis por um grande número de afastamentos e concessões de benefícios previdenciários, refletindo a seriedade dos problemas enfrentados no agronegócio. Este setor, apesar de sua relevância econômica e contribuição para o PIB, enfrenta desafios críticos relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores.

O período entre 2020 e 2022 mostrou um aumento preocupante nas concessões de auxílio-doença e aposentadorias por invalidez devido a doenças osteomusculares, resultando em elevados custos financeiros para o sistema previdenciário. Esse crescimento destaca a necessidade urgente de implementar práticas ergonômicas e políticas públicas mais rigorosas para melhorar as condições de trabalho e prevenir lesões ocupacionais.

A construção civil também apresentou altas taxas de acidentes, especialmente nas áreas de construção de edifícios e obras de infraestrutura. A elevada letalidade e a alta incidência de

acidentes nessas áreas exigem uma fiscalização mais rigorosa, o uso adequado de equipamentos de proteção e a adoção de estratégias preventivas, como treinamentos e seminários. Além disso, a informalidade e a subnotificação devem ser abordadas para permitir uma análise mais precisa e uma resposta mais eficaz ao problema.

Para mitigar os impactos negativos dos acidentes de trabalho, é essencial um esforço colaborativo entre governo, empresas e trabalhadores. Investimentos em tecnologia, treinamento e na aplicação rigorosa de normas de segurança e ergonomia são fundamentais para reduzir os índices de acidentes e afastamentos. Essas ações não apenas melhorarão a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também reduzirão os custos previdenciários, beneficiando toda a sociedade. A implementação de políticas públicas integradas e a promoção de uma cultura de segurança e saúde no trabalho são passos cruciais para construir um ambiente laboral mais seguro e sustentável a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, R. F.; TERESO, M. J. A.; GEMMA, S. F. B.. (2015). A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) aplicada ao trabalho na agricultura: experiências e reflexões. **Revista Brasileira De Saúde Ocupacional**, 40(131), 88–97. <https://doi.org/10.1590/0303-7657000079013>

ARAÚJO, M.E.M.; SILVA, A.K. C.; BEZERRA, E.R.S. **Reflexões sobre o caráter coletivo da (re)elaboração do PPP: um relato de experiência**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cadernosstagio/article/view/32907>. Acessado em 02 jan.2024.

BRASIL. (2021). **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT**. Ministério do Trabalho e Previdência. Disponível em gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho. Acessado em 05 abr.2024.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). (2023). **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/CT-PIB-AGRO_26.MAR.24.pdf. Acessado em 10 jan.2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). (2023). **Balanco 2023 Perspectivas 2024**. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/Balanco-2023-Perspectivas-2024.pdf>. Acessado em 20 dez.2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). **Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=secao&tipo=cnae&versao=10&versao=7&secao=A>. Acessado em 01 dez.2023.

FERNANDES G.A; SILVA L.F. Factors associated with work accidents in a rural area in Minas Gerais, Brazil. **Rev Bras Med Trab**. 2020 Apr 15;17(3):378-386. doi: 10.5327/Z1679443520190318. PMID: 32368672; PMCID: PMC7195877.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Agriculture: a hazardous work**.

Genebra: ILO, 2020. Disponível em: <<https://www.ilo.org/resource/agriculture-hazardous-work-0>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PITONDO, M. C. *et al.* (2023). Análise Da Carga Mental De Trabalho Pelo Método Nasa-Tlx Do Processo De Corte Mecanizado De Cana-De-Açúcar. **In: Anais do Congresso Brasileiro de Ergonomia da ABERGO**. Anais...Florianópolis (SC) Hotel Majestic, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/abergo2023/693231-analise-da-carga-mental-de-trabalho-pelo-metodo-nasa-tlx-do-processo-de-corte-mecanizado-de-cana-de-acucar>. <https://doi.org/10.29327/1338428.23-22>. Acesso em: 12 jun.2024.

SMARTLAB. (2024). SMARTLAB - **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho**. Iniciativa Smartlab. Disponível em: <https://smartlabbr.org/>. Acessado em 10 fev.2024.

SCARDUA, M; *et al.*. (2023). Monitoramento, riscos e acidentes de trabalho com os trabalhadores rurais na aquicultura brasileira. **Observatório De La Economía Latinoamericana**. 21. 22826-22841. 10.55905/oelv21n11- 227. <http://dx.doi.org/10.55905/oelv21n11-227>.